

Violência Institucional contra Mulheres Negras no Brasil: uma análise dos dados do Anuário de Segurança Pública (2020- 2024).

Yasmin de Souza Batista
Winifred Knox

Palavras-chave: Mulheres negras; desigualdades; racismo; segurança pública.

Esta pesquisa analisa a violência institucional contra mulheres negras no Brasil, com base nos dados dos Anuários de Segurança Pública (2020-2024). O estudo demonstra como a intersecção entre racismo, sexismo e desigualdade social torna essas mulheres alvo preferencial de violência policial, encarceramento em massa e falhas na assistência jurídica. Os resultados revelam que, embora homens sejam a maioria nas estatísticas de violência letal (99,3% das mortes por intervenção policial), as mulheres negras representam 78% das vítimas quando consideradas as mortes violentas intencionais. Além disso, 68% das mulheres presas são negras, a maioria por crimes não violentos, como tráfico de drogas. A pesquisa utiliza análise quantitativa dos dados oficiais, cruzando-os com perspectivas críticas sobre raça e gênero. Os números confirmam padrões históricos de exclusão e violência, evidenciando a urgência de políticas públicas que considerem as múltiplas opressões enfrentadas por essa população. O trabalho contribui para o debate sobre segurança pública, justiça racial e equidade de gênero, propondo uma reflexão sobre como o Estado pode atuar para reduzir essas desigualdades

Violência Institucional contra Mulheres Negras no Brasil: uma análise dos dados do Anuário de Segurança Pública (2020- 2024).

Yasmin de Souza Batista
Winifred Knox

Palavras-chave: Mulheres negras; racismo; violência doméstica; biopoder; interseccionalidade.

A formação societária brasileira, embora marcada pela maior variabilidade genética do mundo, foi erguida sobre os alicerces da violência colonial contra povos originários e africanos que foram escravizados. Nesse processo, como bem destacou Abdias Nascimento (1978) em seu clássico “O Genocídio do Negro Brasileiro”, a população negra foi submetida a um sistemático processo de desumanização, cujos efeitos perduram até hoje. As mulheres negras enfrentaram uma tripla opressão – por gênero, raça e classes – sendo simultaneamente objetos de exploração laboral, violência sexual e controle reprodutivo.

Para Michel Foucault, em seu conceito de biopoder desenvolvido em suas aulas (1976), nos ajuda a compreender como o Estado moderno opera essa gestão diferencial da vida. Segundo Foucault, o racismo surge como mecanismo que permite ao poder soberano “fazer morrer e deixar viver” para determinados grupos populacionais. Essa análise encontra eco na teoria de Mbembe (2016) sobre necropolítica, que demonstra como o Estado contemporâneo continua a determinar quais corpos são dignos de proteção e quais podem ser descartados. A realidade brasileira atual revela a continuidade desses mecanismos. Como demonstra bell hooks (2025) em sua análise comparada, tanto nos Estados Unidos da América quanto no Brasil, as mulheres negras permanecem no epicentro das violências institucionais. Seu trabalho mostra como trabalhadoras domésticas e rurais, reprodutoras e objetos sexuais, sofrendo castigos físicos tão severos quanto os homens escravizados (hooks, 2025, p.48).

No contexto brasileiro, Lélia Gonzalez (2020) desenvolveu uma das primeiras e mais completas análises sobre a interseccionalidade antes da oficialidade do termo. Seus estudos revelam como o racismo se materializa em práticas institucionais discriminatórias que atingem especialmente as mulheres negras. Para Gonzalez, “ser mulher negra no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (p.58, 2020). Assim como para Saffioti (2015), a violência institucional opera como mecanismo de manutenção dessas estruturas opressivas. Para a autora, a violência de gênero representa a “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade

sexual, integridade moral” (p.18, 2015), sendo instrumento fundamental do patriarcado racializado.

Este estudo tem como objetivo principal mapear, a partir do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 a 2024, as taxas e índices de violência contra as mulheres negras (pretas e pardas) em comparação com mulheres não-negras, buscando assimilar como os mecanismo de biopoder identificados por Foucault (1976) e Nascimento (1977) se manifestam na atualidade. A pesquisa adota uma abordagem metodológica mista combinando revisão bibliográfica crítica dos conceitos de biopoder, genocídio do negro e a interseccionalidade; análise quantitativa de dados secundário dos Anuários de Segurança Pública de 2020 a 2024; tratamento estatístico através do Excel e Software R para elaboração de gráficos e tabelas comparativas; e a análise qualitativa dos discursos institucionais presentes nos relatórios oficiais.

À vista disso, os dados revelam padrões alarmantes que dialogam diretamente com o marco teórico adotado. As Mortes Violentas Intencionais (MVI) com recorte racial de feminicídio foram de 63,6% para pessoas negras e 35,8% para pessoas brancas. Nas Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (MDIP), os homens representam 99,3% dos casos, contra apenas 0,7% das mulheres (Anuário 2024). Enquanto que com recorte racial, as pessoas negras correspondem a 78% das MDIP, contra 21,5% de pessoas brancas. Portanto, esses números ilustram o que Mbembe (2016) chamou de “hierarquia de humanidade”, onde o Estado determina quais vidas merecem proteção.

Conforme o Anuário 2023, 68% das mulheres presas são negras, em que 62% estão encarceradas por crimes não-violentos, especialmente tráfico de drogas. Desse modo, confirma-se a tese de Nascimento (1978) sobre o sistema penal como continuação do regime escravocrata. Já a violência doméstica, conforme o Anuário 2022, 73% das vítimas de feminicídio são negras e apenas 28% dos casos têm acompanhamento adequado pela rede de proteção. Esses dados exemplificam o conceito de Saffioti (2015) sobre a violência como instrumento de manutenção do patriarcado.

Diante do exposto, a análise dos dados do referencial teórico demonstra que a violência institucional contra mulheres negras no Brasil contemporâneo constitui uma forma atualizada de manutenção dos mecanismos de biopoder e do genocídio da população negra. Os Anuários de Segurança Pública do Fórum Nacional de Segurança Pública revelam como o Estado brasileiro continua a operar como gestor diferencial da vida e da morte, determinando quais corpos são protegidos e quais podem ser sacrificados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, M. Em Defesa da Sociedade. 1976.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. 2020.

HOOKS, b. E eu não sou uma mulher?. 2025.

MBEMBE, A. Necropolítica. 2016.

NASCIMENTO, A. O Genocídio do Negro Brasileiro. 1978.

SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado, violência. 2015.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020-2024.